

Desvendando caminhos
“secretos”: uma análise
historiográfica da espionagem
britânica durante a Segunda
Guerra Mundial

Unraveling “secret” paths:
a historiographical analysis
of british espionage during
World War II

Raquel Anne Lima de Assis¹



Resumo: O objetivo deste artigo é realizar uma discussão historiográfica sobre o serviço de espionagem britânico durante a Segunda Guerra Mundial. Serão analisados trabalhos sobre a “*Special Operations Executive*” (SOE), agência britânica surgida em 1940. Desta forma, pretendemos identificar a perspectiva teórica, a metodologia e as fontes utilizadas em tais trabalhos, assim como observar como os autores dialogam entre si. A partir desta análise, pretendemos apresentar as lacunas que a historiografia mantém sobre o tema e levantar problemáticas que podem ser pensadas em futuras pesquisas. Serão analisados estudos publicados entre o final dos anos 1980 e o início dos anos 2000. Além disso, realizaremos um diálogo entre os autores com teóricos da área de Inteligência para entendermos como o processo de coleta e análise da informação se constituiu a partir da Segunda Guerra Mundial.

Palavras-chave: Segunda Guerra Mundial; inteligência; espionagem; Special Operations Executive; historiografia.

Abstract: The purpose of this article is to conduct a historiographical discussion about a British espionage service during World War II. Works on the “*Special Operations Executive*” (SOE), a British agency that emerged in 1940, will be analyzed. In this way, we intend to identify the theoretical perspective, the methodology and sources used in these works, as well as to observe how the authors dialogue with each other. Based on this analysis, we intend to present the gaps that historiography has on the topic and raise issues that can be considered in future researches. Studies published between the late 1980s and early 2000s will be analyzed. In addition, we will conduct a dialogue between the authors with theorists in the field of Intelligence to understand how the process of collecting and analyzing information came about from World War II.

Keywords: Second World War; intelligence; espionage; Special Operations Executive; historiography.



Em 22 de agosto de 1943, fui lançada na França para me unir a George Starr (Hilaire) como sua operadora de rádio no circuito Wheelwright. A SOE nunca deu a uma mulher cargos mais altos que o de operadora de transmissão wireless. Ele acharam que ninguém na França obedeceria às instruções de uma mulher, mas eu descobri que não havia problemas a este respeito. George Starr nunca interferiu no que eu enviava. Ele me dizia o que ele queria e em quais zonas lançar, e eu fazia o resto. Nós cobrimos dez departamentos no sudoeste e sempre espalhamos nossos lançamentos ao longo de todo território. Nunca foram lançados mais que quinze contêineres por vez porque não tínhamos maquis. Nós tínhamos em torno de trinta células em todo o país. Aquela era a força de Starr. Ele encontrou locais onde não havia vizinhanças, como fazendas isoladas e pequenas aldeias. O grupo se tornou conhecido como ‘les bataillons d’Hilaire’ (Os batalhões de Hilaire).

As armas eram cuidadosamente escondidas. Os explosivos eram usados em certas quantidades de sabotagem, mas nosso objetivo era, principalmente, treinamento militar para o Dia D. Starr e eu ensinamos a eles como usar suas armas. Eu ajudei a maioria com treinamento de granada. Havia somente dois de nós até abril de 1944 quando instrutores de armas foram enviados. Meu disfarce era de enfermeira do distrito. Eu andei de bicicleta em um uniforme azul escuro. Starr posou como inspetor de tabaco.

Relato da agente SOE Yvonne Cormeau, Leicestershire, 22 de janeiro de 1991 (KEGWORTH. 1993, p. 271-3).

Introdução

O que é necessário para vencer uma guerra? Desde a antiguidade, diversos militares tentam responder a este questionamento. Dentre eles, podemos destacar Sun Tzu na clássica obra “A Arte da Guerra” (século IV a.C). Nos tempos modernos, o mesmo problema permaneceu e Carl Clausewitz escreveu seu tratado militar “Da Guerra” (1832), trabalho este produzido após as guerras napoleônicas em uma Prússia que dava os primeiros passos para se tornar uma potência militar europeia.

Para ambos os autores, a forma de praticar a guerra era diferente, assim como muitas de suas ideias já são ultrapassadas para os conflitos do século XXI. Mas alguns elementos permanecem. Seja na China antiga de Tzu, na Alemanha



oitocentista de Clausewitz ou nos tempos atuais de conflitos cibernéticos, a informação sobre o inimigo é um elemento essencial para vencer uma guerra, mas, obviamente, não se trata apenas disso. Sem força militar, a informação não é efetiva. Para Clausewitz (2003, p. 79), informação é “o conjunto de conhecimento relativo ao inimigo e ao seu país, e por consequência, a base sobre a qual se fundamentam as nossas próprias ideias e os nossos atos”. De modo semelhante Tzu afirmava serem os espões “o elemento mais importante da guerra, pois deles depende a capacidade do exército em se deslocar” (TZU, 2014, p. 154).

Pensando o contexto da Segunda Guerra Mundial, Marc Bloch, em “*A Estranha Derrota*” (1946), também observou como a falta de informação foi fundamental para a derrota dos franceses contra os alemães em 1940. Bloch alertava como seus chefes militares não conheciam de maneira satisfatória as intenções dos alemães e sua capacidade material (BLOCH, 2011, p. 48). Essa deficiência na inteligência francesa dificultou perceber como seus exércitos eram lentos demais, comparados aos inimigos, e aceitar que estes poderiam ser muito mais rápidos. Assim, Bloch ainda afirmava que “ao longo de toda a campanha, os alemães mantiveram o desagradável costume de aparecer exatamente onde não poderiam estar” (BLOCH, 2011, p. 50). Ou seja, não havia coleta de informações sobre o inimigo, tão pouco análise, avaliação e distribuição desses dados aos setores governamentais e militares.

Assim, a coleta de informação é uma atividade praticada desde a antiguidade por chefes militares e políticos, mas que somente, no início do século XX, foi institucionalizada. Dois órgãos que ajudaram a iniciar esse processo foram as agências britânicas “*Secret Intelligence Service*” (SIS ou MI6), criada em 1909, e a “*Special Operations Executive*” (SOE), surgida em 1940. A primeira tinha como principal função Operações de Inteligência – isto é, coleta e análise de informações para uso estratégico das Forças Armadas –, enquanto a segunda, Operações Especiais, ou seja, sabotagem e guerrilha atrás das linhas inimigas. Mas isso não impediu que a SOE empreendesse espionagem, que é uma atividade do processo de inteligência de invadir sistemas protegidos. Essa divisão não eliminou o fato de que a SOE, por ter agentes em campo, era capaz de realizar também a coleta de informações.

A própria SOE nasceu do SIS, que possuía um setor chamando *Section D*, responsável por ações de sabotagem e guerrilha. Porém, devido a algumas falhas desse setor, o governo britânico decidiu concentrar essas Operações Especiais em uma nova instituição, a SOE (O’CONNOR, 2014, p. 15-16). Essa



agência estava encarregada de enviar agentes aos territórios ocupados pelo Eixo, com o objetivo de organizar e treinar movimentos de resistência em ações subversivas. Ambos os órgãos trabalharam em conjunto, pois os agentes da SOE, ao coletarem informações, repassavam para a SIS, que era a responsável pelas redes de comunicação *wireless*:

Com todos esses agentes da SOE se esforçando para regular transmissões wireless e outras comunicações, há como resultado uma grande quantidade de informação sendo enviada de volta por estes agentes, a qual é transmitida através da SIS. Para alguns territórios, mais informações são, na realidade, recebidas da SOE que da SIS, pois os agentes daquela são mais numerosos naquele país (MINISTRY..., tradução nossa).

Dessa forma, governantes e chefes militares passaram a se utilizar de órgãos especializados em atividades de inteligência a fim de ajudá-los a formular suas políticas e suas estratégias militares. Essa institucionalização ganhou força com o eclodir da Segunda Guerra Mundial, quando a inteligência tornou-se o conhecimento organizado pelo Estado resultado da coleta, análise e avaliação de informações sobre países inimigos, potenciais inimigos e aliados, seja na guerra ou na paz, que se encontram em segredo e que são interpretadas com o auxílio de dados abertos.

A atividade de inteligência consiste em reconhecer e selecionar dados úteis para a defesa. Essa coleta é feita em grande parte através de fontes abertas, como mapas, cartas topográficas, imagens, relatórios do governo não classificados, imprensa, publicações não classificadas, entre outros. Entretanto, essa atividade também é feita por meio da espionagem, ou seja, um processo de invadir o sistema de segurança da informação do alvo (a contrainteligência). Em seguida, essas informações serão analisadas pela instituição responsável por todo o processo, desde a coleta até o repasse das suas avaliações para os formadores de políticas, que podem ou não adotar tais avaliações em suas decisões. Portanto, a inteligência é produto do trabalho institucional e coordenado voltado para a segurança e defesa do Estado ao estimar o comportamento do alvo analisado e seus pontos fortes e fracos. Da mesma forma, é capaz de provocar certas atividades do alvo através da desinformação e de ações encobertas como, por exemplo, sabotagem e guerrilha.

Partimos da perspectiva de Michael Hermande encarar o serviço de inteligência



como um sistema e um conjunto de processos. Trata-se de compreender esses organismos como equipes de profissionais cuja matéria-prima de suas atividades são as informações “sobre forças próprias e estrangeiras, topografia, ferrovias e outros fatores relevantes para a batalha” (HERMAN, 1996, p. 16). A partir desses dados, esses agentes podem produzir “relatórios regulares, informações organizadas e comunicações efetivas” (HERMAN, 1996, p. 16), que poderão ser utilizados pelo tomadores de decisões políticas e militares ao elaborarem suas estratégias, planejamentos e políticas nacionais.

Esse processo de coleta de informações não ocorre *per se*, mas através de um método científico. São utilizadas metodologias de observação, identificação, coleta e assimilação de dados possivelmente relevantes a serem apresentados aos consumidores de informações. Estes são os responsáveis pelas tomadas de decisões que podem ou não baseá-las de acordo com as análises oferecidas pelos órgãos de inteligência que chegam a suas conclusões a partir das informações coletadas.

Os tipos de dados são diversos, principalmente após a Primeira Guerra Mundial, que mostrou ao mundo os efeitos da guerra total, gerando, assim, uma inteligência total (HERMAN, 1996, p. 25). Portanto, surgiu a necessidade não somente de inteligência militar – ou seja, capacidade, força e estratégias militares, mas também sobre a capacidade industrial, moral da população, demográfica, regimes governamentais etc. Esses dados passaram a ser analisados de forma integrada, principalmente a partir da Segunda Guerra Mundial. Por conseguinte, “análises militares, navais, aéreas, políticas e econômicas poderiam ser integradas ao que agora pode ser chamado de ‘avaliação nacional’ ou ver o inimigo como um todo” (HERMAN, 1996, p. 25). Temos, assim, o nascimento da forma sistemática de encarar os Serviços de Inteligência.

Entender o início desse processo na Inglaterra é a preocupação de diversos historiadores da SOE². Sendo assim, o objetivo deste trabalho é realizar uma discussão bibliográfica sobre o serviço secreto britânico que atuou durante o período da Segunda Guerra. A partir de uma revisão historiográfica sobre a SOE, procuraremos entender como foi feita a leitura sobre suas ações e que caminhos foram ou não percorridos pelos autores, bem como identificaremos a metodologia, as fontes utilizadas e as formas como esses historiadores dialogam entre si. Além disso, relacionaremos os autores aos teóricos da área de Inteligência para compreendermos como o processo de coleta e análise da informação se constituiu a partir da Segunda Guerra Mundial. Aqui entendemos que a SOE fazia parte do processo de inteligência britânico através



de espionagem e ações encobertas.

Notas sobre a teoria realista

Ao analisar a historiografia sobre a SOE, percebemos que diversos autores tentam medir a influência da agência, bem como suas contribuições para a vitória dos Aliados, na balança de poder. Dessa maneira, podemos notar a influência da teoria realista nas análises feitas acerca da agência e de suas ações no cenário internacional.

Na linha do realismo, segurança é, em poucas palavras, vista como proteção contra ameaças de invasões por meio da capacidade técnica e militar (PONTES, 2015, p. 12). Assim, “a soberania nacional e o equilíbrio de poderes, que são distribuídos entre os diversos Estados, estão indiscutivelmente associados ao que se entende por segurança” (PONTES, 2015, p. 12). Dessa forma, os estudos de segurança, conforme essa perspectiva, procuram analisar os cenários em que o uso da força se torna mais provável e, conseqüentemente, as maneiras que possibilitem prevenir, evitar ou empreender uma guerra (WALT, 1991, p. 212). O Estado, o poder militar e o controle político são os principais focos de análise, segundo essa teoria.

Seguindo o paradigma de Tomas Hobbes, que defende o estado de natureza do homem da “guerra de todos contra todos” e a necessidade de criação de um Estado para controlar esse contexto de anarquia (HOBBS, 2014), o realismo aplica tal concepção para as Relações Internacionais e a segurança nacional. Tal perspectiva defende que na arena internacional os Estados lutam entre si, fazendo da diplomacia e da guerra os principais meios para atingir as causas nacionais.

Sendo assim, a teoria do realismo entende segurança e defesa como a salvaguarda contra ameaças externas através das disputas de poderes. Segundo Helga Haftendorn, para o realismo as relações entre os Estados são reguladas através de interesses e de uma balança de poder em que se sobressaem aqueles com poder suficientemente coerente e forte (HAFTENDORN, 1991, p. 7).

Consoante Stephen Walt, os estudos de segurança são definidos como a observação da ameaça, do uso e controle da força militar para garantir a independência, soberania e as fronteiras dos Estados. Trata-se de explorar as condições que “fazem o uso da força mais provável, as maneiras que a força afeta os indivíduos, os Estados e as sociedades, e as políticas específicas que os Estados adotam para preparar, prevenir e empreender uma guerra” (WALT,



1991, p. 212). Contudo, ainda conforme o autor, apesar das ameaças militares serem os perigos mais sérios enfrentados pelos Estados em sua segurança nacional, não são os únicos (WALT, 1991, p. 213). Como exemplo, o controle de armas, a diplomacia, gestão de crises, as agendas econômicas e ecológicas etc.

Neste cenário de anarquia internacional, conforme a perspectiva realista, não há um governo mundial que possa controlar os anseios de cada Estado. Logo, estes se utilizam da força para alcançar seus interesses e analisam se o resultado de tal política é mais benéfico que a paz. Como cada Estado é soberano em relação às suas ações, ele próprio decidirá se empregará sua força. Segundo Kenneth Waltz, a consequência é que, ao mesmo tempo em que todos os países podem utilizar da força, todos os outros devem estar preparados para responder da mesma forma ou pagar pela sua fraqueza (WALTZ, 2004, p. 198).

Os Estados, a fim de alcançarem interesses próprios, criam uma Política de Estado de acordo com determinada racionalidade, de maneira que, caso haja a necessidade, haverá o uso da força, corroborando a ideia de que “um Estado guerreia com outro Estado. O objetivo da guerra é destruir ou alterar o Estado inimigo” (WALTZ, 2004, p. 222).

Essa estrutura geral se forma de acordo com o que Waltz chama de “teoria dos jogos”, em que “a estratégia de todos depende da estratégia de todos os outros” (WALTZ, 2004, p. 248). Assim, a historiografia tenta colocar a SOE como ferramenta neste jogo de soma zero, em que o ganho de um seria a perda do outro. O Estado, ao detectar as ameaças aos seus interesses nacionais, cria um conjunto de medidas e ações para preservar ou criar uma ordem adequada para atender a seus objetivos e valores através do uso da força, se necessário (RUDZIT, 2010).

Nesse sentido, a historiografia sobre a SOE procura entender o que aconteceu e quais foram as estratégias utilizadas para vencer a guerra. Temos aqui uma literatura que busca identificar qual o peso que essa agência tinha naquele cenário internacional de disputas entre os Estados que se encontravam em uma procura por interesses nacionais. Em outras palavras, podemos observar uma abordagem em que a SOE é colocada como instrumento para exercer poder sobre outros países.

Leituras sobre a SOE

M.R.D Foot, o historiador da vanguarda

Observaremos como a historiografia não consegue medir de fato a



contribuição da agência na vitória dos Aliados. Como exemplo, há o estudo de Michael Richard Daniell Foot (1919-2012), mais conhecido como M.R.D Foot.³ O trabalho de Foot aqui analisado, “*SOE: An outline history of the Special Operations Executive 1940-46*”, publicado em 1984, serviu como plano de fundo para uma série televisa da BBC sobre a agência. Nessa obra, o autor faz uma importante contribuição apresentando como a SOE surgiu, quais suas principais funções, quem eram seus líderes, como estava organizada, quais os tipos de treinamentos e suas atividades em alguns teatros de operações.

Foot (1984) afirma que a SOE foi uma ferramenta política com influência não apenas durante a guerra, mas também depois. Houve pouca participação na política doméstica britânica por ter sido uma agência com um propósito: destruir os nazistas e seus aliados (FOOT, 1984, p. 148-149). Portanto, a agência possuía uma maior influência no exterior. Para o autor, a SOE facilitou a vitória dos Aliados ao utilizar da impopularidade do Eixo entre a população local através de meios clandestino. Isto é, diferente das guerras regulares com artilharia pesada, seus agentes faziam uso de armadilhas, como a sabotagem em veículos, ferrovias, estradas e pontes, por exemplo (FOOT, 1984, p. 23). Por conseguinte, criar confusão e irritação no inimigo era o propósito.

Não negamos essa contribuição da SOE, mas o autor não responde até que ponto isso ajudou na vitória dos Aliados. De fato, no desembarque da Normandia em 1944 (Dia D),houve uma ação da SOE que, através de sabotagem e guerrilha, conseguiu, em alguns pontos, atrasar a chegada de tropas inimigas às praias para lidar com os exércitos Aliados, além de coletar informações que foram utilizadas pela inteligência para elaborar estratégias das Forças Armadas.

A coleta é a primeira fase do processo de inteligência que se apresenta, geralmente, através de relatórios emitidos pelos agentes em campo para a sede. Em seguida, esses dados são analisados com base no que Michael Herman em “*Power in Peace and War*”(1996) chama de “inteligência acabada”. Esta segue para a “disseminação” entre aqueles que tomam as decisões, ou seja, os usuários ou consumidores. A avaliação da informação também pode ocorrer em nível interdepartamental, que a encaminhará para o nível superior do governo (HERMAN, 1996, p. 39).

Todo esse processo dialoga com a obra de Sherman Kent, “*Informações estratégicas*” (1967), que demonstra como isso se trata de um trabalho em conjunto de forma organizada e gerenciada. Mesmo que habilidades individuais de agentes em campo sejam importantes, sem o trabalho coordenado da instituição que garanta todos os estágios do processo, o serviço não cumpre sua



função: fornecer “informações estratégicas como o conhecimento vital para à sobrevivência nacional” (KENT, 1967, p. 7-8).

Portanto, essa coleta torna-se efetiva quando a fonte passa pela análise, avaliação e distribuição por parte do órgão de inteligência. Essa efetividade pôde ser percebida, segundo Michael Herman, na superioridade da inteligência dos Aliados, de forma a contribuir para o sucesso estratégico no desembarque da Normandia (HERMAN, 1996, p. 150). A inteligência foi capaz de neutralizar algumas vantagens dos alemães, o que corrobora com as ideias de Foot sobre a importância da SOE para o Dia D. Isso demonstra que a espionagem pode ser utilizada tanto para a defesa de um território e para a preparação de emboscadas como para atacar o inimigo.

Pensar que a Segunda Guerra foi um conflito moderno, pautado na velocidade, demonstra como as vias de comunicação eram fundamentais. Logo, a sabotagem em estradas e ferrovias tinha sua importância. Contudo, apesar de conhecer o funcionamento de uma instituição voltada para o Serviço de Inteligência e Operações Especiais, Foot não consegue mensurar quantas ferrovias e estradas foram destruídas, qual o nível de participação da população local na resistência e quantos soldados das tropas inimigas não conseguiram chegar ao *front* de batalha. O autor, além de ser historiador, era também um ex-agente da SOE. Portanto, podemos nos questionar acerca de qual narrativa ele pretende abordar em seu trabalho. Estaria a sua leitura dos fatos influenciada pela construção de uma memória de resistência, principalmente em relação aos franceses? E o colaboracionismo de Vichy?

É importante lembrar que sua obra foi escrita durante a Guerra Fria (1984), dessa maneira, o inimigo era outro, a URSS. Naquele contexto, ingleses e franceses eram aliados dos EUA, sendo assim, observamos a preocupação do autor em ressaltar uma aliança, segundo sua concepção, que foi construída desde a Segunda Guerra entre esses povos. Para tal, Foot (1984) não adentra em problemáticas em torno do apoio que parcela da população francesa ofereceu ao governo colaboracionista de Vichy, chegando a entregar judeus que foram enviados para os campos de concentração nazistas.

Esse contraponto pode ser observado na obra “*História da Segunda Guerra Mundial*” (1995), de Marc Ferro, que nos ajuda a analisar como após a guerra houve uma disputa de narrativas em torno da participação na resistência. Ferro analisa as produções cinematográficas e afirma como é possível observar a opinião pública dos países beligerantes e assim perceber consonâncias e contrastes com a guerra. Na França, o autor percebeu como já havia o “espírito



de Vichy antes de Vichy”, isso porque nos filmes o antinazismo se expressou pouco. O colaboracionismo ao nazismo já existia nesses meios culturais, marcados também pelo antissemitismo, pelo antibolchevismo e pela anglofobia (FERRO, 1995).

Essas ideias se contrastam com aquelas defendidas por Foot (1984) ao apresentar um cenário de colaboração entre britânicos e franceses em torno das ações da SOE. Para este autor, “as relações eram provavelmente menos áridas no serviço secreto que entre os altos comandos nos front ocidentais” (FOOT, 1984, p. 151, tradução nossa). Não negamos a existência de uma certa parceria, mas tais relações não foram problematizadas pelo autor. Essas respostas ficam em aberto devido à limitação de sua abordagem voltada para as estratégias utilizadas com foco na vitória dos Aliados.

Leituras contemporâneas: o pós-Guerra Fria

Autores contemporâneos também estão preocupados com o peso que a SOE tinha nas relações internacionais durante o conflito. O primeiro a ser analisado é Neville Wylie⁴ (1966-) em seu artigo “*Ungentlemanly Warriors or Unreliable Diplomats? Special Operations Executive and ‘Irregular Political Activities’ in Europe*”, publicado no periódico *Intelligence and National Security*, em 2005. Este trabalho foi fruto de uma conferência realizada em Edinburgh, em 2001.

No artigo aqui estudado, Wylie analisa as pretensões iniciais de guerra política da SOE com o objetivo de organizar um levante popular contra o regime nazista em territórios ocupados. Entretanto, a Europa não seria um foco ardente de resistência capaz de levar a uma situação revolucionária, fazendo com que a SOE adotasse uma ação mais militar através de seus exércitos secretos de sabotadores (WYLIE, 2005, p. 102).

Isso não levou a uma completa despolitização da agência. Além de conflitos com outros departamentos internos, como o próprio SIS, houve tensões diplomáticas com países neutros. A SOE mantinha acordos com indivíduos e grupos clandestinos contrários às políticas dos seus respectivos governos (WYLIE, 2005, p. 102). Conforme Wylie (2005, p. 103), suas ações tinham implicações políticas, pois as atividades da agência entravam em atrito com os interesses do Ministério das Relações Exteriores ao forjarem “contatos com círculos políticos dissidentes na Europa e, assim, aproveitar essas forças para o benefício da diplomacia britânica no continente”.

Ao levar em consideração o que foi exposto anteriormente acerca das ideias de Foot (1984), percebemos uma semelhança de perspectiva entre este autor e



Wylie (2005). Ambos os estudiosos encaravam a SOE como uma ferramenta de uso político nas relações exteriores. Wylie (2005), inclusive, cita diversos textos de Foot (1984) para mostrar como os agentes britânicos agiam como diplomatas irregulares em territórios neutros. Para ambos os autores, a SOE tentava colocar em prática sua guerra política de preparar grupos clandestinos em técnicas de guerrilha e sabotagem caso o país fosse invadindo. Assim, estariam preparados para fazer oposição ao governo inimigo.

Contudo, por ser uma “guerra política irregular”, esta não estava em consonância com a política de Estado do Ministério das Relações Exteriores em torno de países como a Espanha, por exemplo. As relações com o regime de Franco fizeram com que o embaixador Sir Samuel Hoare tentasse controlar todas as atividades da SOE e proibisse ações que envolvessem a colaboração com a oposição republicana na Espanha (WYLIE, 2005, p. 106). Cabe lembrar que o regime franquista chegou ao poder após a Guerra Civil, em 1936, contra os republicanos após o apoio militar recebido da Alemanha e Itália. Ao longo da Segunda Guerra, o governo espanhol se manteve oficialmente neutro, mas possuía simpatia política e militar com o Eixo, oferecendo-lhe, inclusive, apoio econômico e estratégico.

A partir das análises de Neville Wylie percebemos mais algumas lacunas. O autor levanta questionamentos sobre a razão de a SOE agir através da guerra política: teria a SOE acreditado no efetivo resultado de suas ações, ou estaria tentando justificar sua existência diante de diversos fracassos no cenário de operações? O autor afirma que “as vantagens que Londres poderia ter obtido com os preparativos militares da SOE nos países neutros, ou em seus serviços políticos, naturalmente diminuiram” (WYLIE, 2005, p. 110). Concluindo, assim, que “a incursão da SOE no campo da guerra política ou da diplomacia irregular durante a Segunda Guerra Mundial dificilmente pode ser considerada um sucesso” (WYLIE, 2005, p. 166).

Aqui percebemos um contraponto com as análises de Foot (1984). Wylie faz um estudo mais aprofundado sobre as relações internacionais para comprovar a pouca efetividade da SOE na guerra política ou diplomacia irregular. Enquanto isso, Foot apresenta um estudo superficial das relações exteriores e foca principalmente na formação da agência e na sua contribuição militar. Este último acaba sendo um ponto menos abordado por Wylie.

Citando e seguindo a perspectiva de Wylie (2005), de analisar a influência da SOE nas relações internacionais, Pia Molander⁵, a terceira autora aqui analisada, escreveu o artigo “*Intelligence, Diplomacy and the Swedish Dilemma: The Special*



Operations Executive in Neutral Sweden, 1939–45”, publicado pela *Intelligence and National Security* em 2007. A autora estuda a ação da agência na Suécia, também um país neutro. Contudo, enquanto Wylie foca na guerra política, Molander segue uma linha de estudo diferente ao analisar as tentativas da SOE em empreender uma guerra econômica através da coleta de informações sobre o comércio de minério entre os alemães e suecos. O objetivo da SOE era realizar possíveis sabotagens contra embarques alemães de minério de ferro e, assim, interromper o suprimento sueco para a Alemanha (MOLANDER, 2007, p. 729).

Conforme a autora, os serviços de inteligência também contribuíram para

o uso de transmissões de estações de rádio suecas como um canal para mensagens entre a Grã-Bretanha e as forças de resistência na Noruega e na Dinamarca. Juntamente com o Escritório Americano de Serviços Estratégicos, a SOE foi, é claro, o principal intermediário dessas redes de resistência. Suprimentos de armas, explosivos e equipamentos foram armazenados clandestinamente na Suécia em vários locais do interior e também em Estocolmo (...). Esses suprimentos foram finalmente utilizados na Noruega na guerra de guerrilha contra colunas alemãs no norte e em ataques contínuos de sabotagem contra linhas ferroviárias que ligavam Oslo a portos ao longo da costa sul da Noruega (MOLANDER, 2007, p. 734, tradução nossa).

A prioridade da SOE, na Suécia, era obstruir a exportação de minério para os alemães, assim como “interromper a entrega de suprimentos às forças alemãs na Noruega e na Dinamarca” (MOLANDER, 2007, p. 738). Contudo, suas ações esbarravam em tensões com a própria embaixada britânica, que não estava disposta a arriscar a neutralidade sueca na guerra, tampouco a prioridade operacional que o SIS obteve no território sueco. Tais medidas limitaram o trabalho da SOE a criar organizações paramilitares em caso de ocupação, o que não ocorreu.

Comparando essa análise com a documentação oficial, encontramos tensões entre ambas as instituições. Segundo o relatório da SOE, “C”⁶ teria solicitado que os agentes de “D”⁷ interrompessem contatos na Suécia por representar certo perigo. Contudo, a SOE afirmou que estes mesmos contatos estavam sendo mantidos pela SIS (S.O.E.’S..., 1942). Portanto, na percepção da SOE, seu trabalho estaria sendo prejudicado pela tentativa da SIS em angariar pessoas que estariam realizando um bom trabalho para aquela agência.

Enquanto analisamos essas relações conflituosas entre ambas as



agências através do relatório “*Special Operations Executive (SOE) organisation: relations between SOE and the Secret Intelligence Service (SIS)*”, Molander (2007) se utiliza do “*Memorandum from Mallet*” sobre as tensões entre SIS e SOE em torno da propaganda política em países neutros. Assim, percebemos como os conflitos entre SOE e SIS eram uma preocupação em diversas instâncias do governo britânico. Molander, também faz uso extensivo de fontes oficiais tanto da própria SOE como do Ministério das Relações Exteriores para apresentar planos de sabotagem e discussões em torno da política anglo-sueca, além do uso de documentos norte-americanos acerca das demandas estadunidenses e britânicas na Suécia e o uso que fizeram de propagandas neste território.

Conforme Molander (2007), atividades exploratórias e operações secretas limitadas da SOE foram toleradas à medida em que a embaixada percebeu a importância desta instituição na região e pela probabilidade de vitória Aliada contra o Eixo. Entretanto, ainda sob as restrições da embaixada inglesa: “a comunidade de inteligência britânica era obrigada a limitar as atividades na Suécia aos domínios da coleta de informações, propaganda e guerra política” (MOLANDER, 2007, p. 739). Percebemos aqui mais uma tentativa de medir o peso da SOE no cenário internacional como ferramenta de pressão política sobre outro Estado. Todavia, a pergunta permanece: a SOE contribuiu para a vitória dos Aliados?

Por seu turno, Simon Anglim⁸, por meio de uma forte influência da obra de Foot em seu trabalho “*MI(R), G(R) and British covert operations, 1939–42*”, também publicado no *Intelligence and National Security* em 2005, procura analisar as ações de guerrilha da SOE. O autor demonstra como o incentivo aos movimentos de resistência fazia parte da estratégia britânica. Eram ações que deveriam “garantir que movimentos subversivos não ocorressem espontaneamente em áreas que individualmente se tornassem maduras para a revolta”. Portanto, elas deveriam ser “programadas para amadurecer em relação às operações regulares realizadas como parte da política geral” (ANGLIM, 2005, p. 633).

Assim como Foot (1984), Anglim (2005), demonstra como essas atividades se constituíam como paramilitares, as quais, em um contexto de guerra, deveriam ser executadas através de sabotagem e guerrilha. O propósito era que, agindo de forma coordenada com as forças regulares, essas operações clandestinas fossem capazes de desviar as tropas inimigas a favor dos exércitos Aliados (ANGLIM, 2005, p. 634-635). Sendo assim, ambos os autores encaram a SOE com uma função auxiliar à estratégia geral da guerra. Anglim afirma que Colin Gubbins,



chefe da SOE, entendia que “a arte da guerra de guerrilha é distintamente manobra e apoio às operações convencionais” (ANGLIM, 2005, p. 636-637).

Esta estratégia levaria o oponente a dispersar seus soldados para proteger seus flancos, suas comunicações, seus destacamentos de suprimentos, entre outras áreas ao precisar lidar com as forças de subversão. O objetivo seria atacar o inimigo onde ele menos esperava, isto é, seus pontos mais vulneráveis, para que não utilizasse parte de suas tropas para lidar com a guerra simétrica. Dessa forma, percebemos a preocupação de Anglim em demonstrar a SOE, bem como sua guerra clandestina, como parte da estratégia geral da guerra. Portanto, a agência é colocada como uma ferramenta de poder da Inglaterra contra o Eixo, mesmo que de forma auxiliar às suas forças convencionais.

Entretanto, assim como no trabalho de Foot (1984), verificamos algumas lacunas. A primeira corresponde à efetividade dessas ideias, pois o autor não mensura a eficácia da estratégia empregada pela SOE. Isto nos leva ao segundo ponto: a resistência aceitaria esse papel “secundário”? Esses movimentos não lutavam por maior autonomia? Será que concordaram em cooperar plenamente com essa estratégia britânica?

Percebemos como Foot (1984) e Anglim (2005) focam suas análises na doutrina da SOE, mas não nos respondem sobre seu uso prático nos teatros de operações e nem aprofundam sobre as relações dos agentes com a resistência. Ou seja, ambos tentam explicar como a agência poderia cumprir um papel importante na defesa e na busca pelo poder sobre outros Estados, mas não se, de fato, o foi assim e nem como foram construídas as relações com a resistência. Tanto Foot (1984) como Anglim (2005) atribuem uma eficiente adesão da população local aos planos da SOE, sem questionar essas relações.

Por outro lado, apesar de agradecer pela contribuição nas pesquisas, Christina Goulter-Zervoudakis⁹ (1961-) não cita Foot em seu trabalho sobre uma politização da inteligência no caso da atuação na Grécia. No artigo “*The politicization of intelligence: The British experience in Greece, 1941–1944*”, publicado pela *Intelligence and National Security* em 1998, a autora procura demonstrar como o foco da agência não era apenas coletar informações de natureza militar. Goulter-Zervoudakis (1998) aprofunda o que foi apenas mencionado por Foot ao analisar as tensões interdepartamentais entre a SOE e o SIS, sendo que este estava sob o comando do Ministério das Relações Exteriores e aquela subordinada ao Ministério de Guerra Econômica. Nesse trabalho são verificadas as tentativas destas instituições em exercer influências em certas áreas de controle, o que gerou uma falta de cooperação e coordenação entre as



duas agências (GOULTER- ZERVOUDAKIS, 1998, p. 166), pois possivelmente o fato de o SIS e a SOE estarem subordinados a diferentes ministérios seja a raiz das tensões entre estes departamentos.

Dessa forma, percebemos semelhanças e diferenças entre os autores citados neste trabalho. Diferentemente do trabalho de Foot (1984), os de Goulter-Zervoudakis (1998), demais historiadores foram escritos entre os anos 1990 e 2000 – portanto, sem a influência da Guerra Fria a qual marcou o trabalho de Foot. Entretanto, Anglim (2005) segue uma perspectiva semelhante à de Foot ao focar nas estratégias das forças paramilitares que tinham como objetivo ajudar aos exércitos regulares através de uma guerra clandestina. Por sua vez, Wylie (2005) e Molander (2007) se assemelham a Goulter-Zervoudakis (1998) ao demonstrarem como a política interna entre os órgãos britânicos afetou a política externa entre os Estados.

Estes autores analisam de dentro para fora, isto é, como as relações entre SOE e SIS – consequentemente também entre seus órgãos políticos superiores na hierarquia burocrática, o Ministério de Guerra Econômica e o Ministério das Relações Exteriores, respectivamente – afetaram suas atividades em outros países. Wylie (2005) foca seus estudos na Espanha e em Portugal, Molander (2007) na Suécia e Goulter-Zervoudakis (1998) na Grécia, países que ganharam destaque ao final da Guerra Fria, assim como o fortalecimento da União Europeia. Assim, uma única problemática – como a disputa entre órgãos de um único Estado conciliaram seus interesses com a luta contra o Eixo – atravessa diferentes contextos e fontes históricas, sendo que cada autor se utiliza de relatórios da SOE sobre cada aérea de atuação.

Assim, Goulter-Zervoudakis (1998), analisa a Grécia, que, ao ser controlada pelos alemães¹⁰, despertou a necessidade entre os britânicos de inteligência nesta região para conhecer o que Sherman Kent chama de estatura estratégica, definida como as intenções alemãs “para que possam se adiantar para impedir que os objetivos contrários aos seus interesses nacionais sejam colocados em execução” (KENT, 1967, p. 20).

A Grécia era uma das principais linhas de suprimento de Erwin Rommel, que comandava as tropas nazistas no Norte da África (BARNETT, 1990). Conforme Goulter-Zervoudakis (1998), as informações sobre a marinha do Eixo eram fundamentais à Marinha Real e à Força Área Real para que pudessem impedir o abastecimento dos alemães. Contudo, havia ainda uma deficiência na inteligência sobre a marinha inimiga, principalmente de sinais, o que levou à necessidade de infiltrar agentes no território grego. Dessa forma, “os serviços



de agentes em Atenas e nas ilhas gregas teriam fornecido informações valiosas sobre os tempos de navegação dos navios, ajudando a evitar a ausência de *Sigint*" (GOULTER-ZERVOUDAKIS, 1998, p. 167).

Essas foram atividades empreendidas pela SOE. Enquanto realizavam guerra de guerrilha e sabotagem, seus agentes eram capazes de coletar informações. Entretanto, segundo Goulter-Zervoudakis (1998), "o fato de os operadores da SOE não terem sido treinados no trabalho de inteligência levou a situações em que o pessoal da SOE colocou a si e a seus contatos gregos em risco" (GOULTER-ZERVOUDAKIS, 1998, p. 167-168). Os agentes enviados desconheciam a situação política local, já que sua preocupação inicial era apenas sabotagens em viadutos e ferrovias (GOULTER-ZERVOUDAKIS, 1998, p. 170-171). Este era um contexto em que a resistência grega contra o Eixo se dividia em dois grupos: os republicanos chamados EDES e os comunistas, ELAS.

Os agentes da SOE acabaram fornecendo recursos materiais para os dois grupos em sua guerra de guerrilha. Contudo, pessoas no Ministério das Relações Exteriores ficaram insatisfeitas com a situação e alegaram que a SOE estaria agindo de forma contrária à política oficial britânica ao ajudar grupos contrários à monarquia grega. Assim, segundo Goulter-Zervoudakis (1998), para o Ministério "o EDES e o ELAS eram de má reputação comparável, porque ambos eram grupos republicanos" (GOULTER-ZERVOUDAKIS, 1998, p.175-176).

No que diz respeito ao cenário operacional, a SOE teria ajudado a induzir os alemães a acreditarem que a invasão Aliada na Itália seria através da Grécia, e não pela Sicília (GOULTER-ZERVOUDAKIS, 1998, p. 176-177). Isso porque as guerrilhas estavam concentradas no oeste da Grécia. Além disto, foram estabelecidas redes de inteligência com o objetivo de detectar informações sobre a força, as disposições alemãs, seus pontos fortes, locais e se haveria a chance de se retirar da Grécia e enviar tropas para a Itália.

Essa importância que a SOE e os movimentos de resistência adquiriram entrou em conflito com as vontades do Ministério das Relações Exteriores. Portanto, verificamos uma tensão entre interesses a curto prazo, diante da parceria com grupos republicanos, e aqueles a longo prazo para o pós-guerra, já que o governo britânico apoiava a monarquia e o retorno do rei para a Grécia. Diante destas pressões, o acordo com ELAS (comunistas) foi mantido, mas reduzido (GOULTER-ZERVOUDAKIS, 1998, p. 181). Havia em jogo interesses políticos e militares, como a necessidade de manter uma inteligência no local.

Para Goulter-Zervoudakis (1998), esse cenário gerou atritos diplomáticos



entre os britânicos e os soviéticos, no qual estes acusavam os ingleses de não respeitarem a vontade do povo grego. Além disso, a presença da SOE era uma maneira de impedir tanto a retirada dos alemães como de evitar uma justificativa para os soviéticos invadirem a Grécia para se oporem aos nazistas. Ou seja, “os alarmes que começaram a tocar despertaram velhos medos de perder influência naquela parte do Mediterrâneo” (GOULTER-ZERVOUDAKIS, 1998, p. 182-183).

Apesar dessa ameaça não ser tão real como os britânicos previam, percebemos nessa análise a importância política que a autora agrega a SOE, assim como a importância da espionagem da agência na região. Um exemplo foi sua rede “Apollo”, que chegou a infiltrar cerca de 800 agentes¹¹. Mas o que pretendemos destacar é o foco realista da abordagem de Goulter-Zervoudakis (1998) de apresentar a SOE como uma ferramenta política dos interesses nacionais britânicos no cenário internacional pela busca de vantagem estratégica. Esta instituição foi colocada como um mecanismo que afetou as relações diplomáticas entre a Inglaterra e a Grécia e foi usada como uma forma de impedir, na concepção inglesa, uma busca de equilíbrio de poder pelos soviéticos que poderia ameaçar os interesses nacionais britânicos.

Contudo, de maneira distinta da perspectiva realista utilizada durante a Guerra Fria que dividia o mundo em dois grandes blocos, assim como fez Foot (1984) ao analisar a SOE em uma grande aliança da Europa com os EUA contra o Eixo, os trabalhos de Goulter-Zervoudakis (1998), Wylie (2005) e Molander (2007) analisam as “exceções da regra”. Em outras palavras, tais estudos realizados entre o final do século XX e início do XXI nos apresentam as complexidades das relações internacionais na qual as fronteiras entre cooperação e tensões não são tão claras, em diálogo com o advento de um contexto multipolar ao final da Guerra Fria. Por outro lado, Foot não realiza esta problematização ao separar “nós” e “eles” de maneira superficial, sem levar em consideração, de forma aprofundada, as tensões existentes entre o “nós”.

Notas de um balanço historiográfico

A partir desse debate bibliográfico, percebemos que lacunas permaneceram ao tentar medir a real contribuição da SOE nas relações internacionais. Ou seja, os autores não conseguem responder como a agência, de fato, ajudou a vencer a guerra, pois estão presos em análises do cenário internacional a partir de uma perspectiva voltada para uma racionalidade da instituição. A ideia de uma racionalidade nas relações internacionais pode ser explicada pela teoria



realista. Nesta análise, o Estado, ao detectar as ameaças aos seus interesses nacionais, cria um conjunto de medidas e ações para preservar ou criar uma ordem adequada a fim de atender seus interesses e valores através do uso da força, se necessário (NOGAMI; RUDZIT, 2010).

Na totalidade dos interesses do Estado está a Política de Segurança Nacional. Segundo Gunther Rudzit e Otto Nogami, “é nesta esfera que são articuladas tantos os interesses nacionais mais amplos, quanto os objetivos do país e os meios (militares, econômicos, sociais e políticos) que serão usados a fim de promover e protegê-los” (2010, p. 12). Esses interesses nacionais são os motivos pelos quais um Estado estaria disposto a enfrentar uma guerra. Portanto, eles constituem os elementos da política de defesa de um país. Ao identificar as ameaças a esses interesses, são pensadas as estratégias necessárias para impedi-las. Em consequência, serão definidas as políticas, ações e os recursos de todo o Estado para alcançar esses objetivos.

Esse tipo de análise adotada pela historiografia sobre a SOE deixou de lado o próprio funcionamento da instituição, pois está voltada para investigações em torno de estratégias e equilíbrio de poder. Assim, identificamos algumas lacunas na historiografia. Nos trabalhos aqui debatidos pouco foi pensado sobre a leitura que a SOE possuía sobre sua formação e suas atividades. Portanto, através do estudo da documentação produzida por esta agência, podemos levantar os seguintes questionamentos: qual a narrativa apresentada pela SOE sobre as operações e os movimentos de resistência? Como suas atividades eram lidas pelo próprio organismo? Ou seja, como a SOE se apresentava e qual a percepção que tinha de sua importância.

Considerações finais

A teoria realista ganhou força com o advento da Guerra Fria, quando EUA e URSS disputavam um equilíbrio de poder na balança internacional. Pensar os conflitos nesse contexto era principalmente identificar e analisar as formas como cada Estado procurava fazer pressão sobre os demais através da força e, assim, alcançar seus interesses nacionais. Dentre essas formas estava a guerra secreta entre as agências de inteligência e seus usos para potencializar as estratégias de cada nação.

Assim, espionagem tornou-se um tema de interesse dos historiadores. Muitos desses estudiosos procuraram entender as primeiras agências voltadas para o serviço de inteligência de forma institucionalizada. Dentre as principais, estava



a agência britânica SOE. Apesar de serem estudos sobre a Segunda Guerra, estas análises estavam sob influência da teoria realista, a qual foi tão forte durante a Guerra Fria e ganhou uma reformulação nos anos 1990 de acordo com o que chamamos de neorealismo.

Mesmo com o fim da URSS e o advento de um novo cenário internacional, estudos mais recentes mantiveram uma perspectiva realista – ou seja, preservou-se a preocupação de tratar a SOE como mecanismo que contribuiu para a vitória dos Aliados por meio de um estudo de suas estratégias. O diferencial dos trabalhos contemporâneos aqui mencionados foi o recorte espacial ao estudarem países satélites ou fora das grandes batalhas, algo que dialoga com uma nova ordem mundial multipolar do século XXI.

Entretanto, percebemos que algumas lacunas se mantiveram. A primeira foi não responder se, de fato, essa instituição contribuiu para a vitória dos Aliados. Os autores não nos respondem se as estratégias da SOE realmente agiram como mecanismo de poder contra o Eixo. A segunda lacuna é a falta de estudos voltados a entender o funcionamento da agência, sua burocracia e qual a leitura que funcionários e agentes desta instituição faziam sobre suas atividades. Como essa agência se apresentava? Que narrativa sugeria sobre suas atividades? Questionamentos que podem ser levantados em futuros trabalhos, principalmente no Brasil, que carece de pesquisas voltadas para a SOE.

Referências

ANGLIM, Simon. MI(R), G(R) and British covert operations, 1939–42. *Intelligence and National Security*, [s. l.], v. 20, n. 4, p. 631-653, Aug. 2005.

BARNETT, Correlli (org.). *Os Generais de Hitler*. Rio de Janeiro: Zahar, 1990.

BLOCH, Marc. *A estranha derrota*. Tradução: Eliana Aguiar. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

CLAUSEWITZ, Carl. *Da Guerra*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

FERRO, Marc. *História da Segunda Guerra Mundial*. São Paulo: Ática, 1995.

FOOT, Michael Richard Daniell. *SOE: an outline history of the special operations executive 1940-46*. London: British Broadcasting Corporation, 1984.

GOULTER-ZERVOUDAKIS, Christina. The politicization of intelligence: the British experience in Greece, 1941–1944, *Intelligence and National Security*, [s. l.],



v. 13, n. 1, p. 165-194, 1998.

HAFTENDORN, Helga “The security puzzle: theory-building and discipline-building International Relations”. *International Studies Quarterly*, Beverly Hills, v. 35, n. 1, p. 3-17, 1991.

HERMAN, Michael. *Intelligence power in peace and war*. Cambridge: Cambridge University, 1996.

HOBBS, Thomas. *Leviatã*. São Paulo: Martin Claret, 2014.

KENT, Sherman. *Informações estratégicas*. Tradução: Cel. Hélio Freire. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Ed., 1967.

MINISTRY of Economic Warfare, Berkeley Square, w.1, 31st march, 1942. In: *FORMER reference in its original department: O III/1(b)*. Subject: Special Operations Executive (SOE) organisation: relations between SOE and the Secret Intelligence Service (SIS). [S. l.: s. n.], 1942.

MOLANDER, Pia. Intelligence, diplomacy and the Swedish dilemma: the special operations executive in neutral Sweden, 1939–45. *Intelligence and National Security*, [s. l.], v. 22, n. 5, p. 72-744, 2007.

NOGAMI, Otto; RUDZIT, Gunther. Segurança e defesa nacional: conceitos básicos para uma análise. *Revista Brasileira de Política Internacional*, Brasília, v. 53, n. 1, p. 5-24, 2010.

O’CONNOR, Bernand. *Churchill’s school for saboteurs station 17: the secret life brickendonbury manor & the ww2 assassins & saboteurs who set occupied Europe alight*. [S. l.]: Amberley Publishing, 2014.

PONTES, Marcos Rosas Degaut. “O que é segurança?” *Revista Brasileira de Inteligência*, Brasília, n. 9, p. 9-28, maio 2015.

SHIRER, William. *Ascensão e queda do terceiro reich: triunfo e consolidação*. Rio de Janeiro: Agir, 2008.

S.O.E.’S relationship with S.I.S. In: *FORMER reference in its original department: O III/1(b)*. Subject: Special Operations Executive (SOE) organisation: relations between SOE and the Secret Intelligence Service (SIS). [S. l.: s. n.], 1942.

TZU, Sun. *A Arte da guerra*. Tradução: Neury Lima. São Paulo: Novo Século, 2014.



WALT, Stephen M. “The renaissance of security studies”. *International Studies Quarterly*, Beverly Hills, v. 35, n. 2, p. 211/239, June 1991.

WALTZ, Kenneth N. *O homem, o estado e a guerra: uma análise teórica*. Tradução: Adail Ubirajara Sobral. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

WYLIE, Neville. Ungentlemanly warriors or unreliable diplomats? special operations executive and ‘irregular political activities’ in Europe. *Intelligence and National Security*, [s. l.], v. 20, n. 1, p. 98-120, 2005.

Notas

¹Doutoranda em História Comparada pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Integrante do Grupo de Estudo do Tempo Presente (GET/UFS/CNPq). Membro do Laboratório de Pesquisas em Teoria da História e Interdisciplinaridades (LAPETHI/UFRRJ/CNPq). Ex-professora substituta da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (DH/IM). E-mail: raquel@getempo.org. Orientador: Dr. Dilton Cândido S. Maynard (UFS/DHI).

²Optamos por não analisar trabalhos voltados para a SIS.

³O autor foi um historiador britânico, ex-oficial de inteligência do Exército Britânico e de Operações Especiais da SOE. Foi premiado com a Cruz de guerra 1939-1945 pela sua atuação no teatro europeu durante a Segunda Guerra Mundial. Sua formação como historiador foi em *Winchester College* e no *New College*, Oxford, em 1947. Trabalhou como professor de história e política no *Keble College*, Oxford, tornou-se historiador oficial do Gabinete do Governo, lecionou História Moderna na Universidade de Manchester, em 1967, e foi diretor do Centro de Discussão Europeu. Sua obra sobre a SOE é vasta, dentre elas temos “*SOE in France*” (1966), “*SOE in the low countries*” (2001) e “*Memories of an S.O.E. Historian*” (2008).

⁴Neville Wylie é professor de história internacional da Universidade de Stirling, mas foi na Universidade de Nottingham que passou boa parte de sua carreira docente. Sua graduação foi na *Kings College London*, em História Medieval e Moderna. Seu mestrado em Política Internacional (1990) e seu doutorado em História Internacional (1994) foram obtidos na Universidade de Cambridge, além do pós-doutorado na *British Academy* no Centro de Estudos Internacionais. Dentre suas obras, temos “*Britain, Switzerland, and the Second World War*” (2003) e “*Barbed Wire Diplomacy: Britain, Germany, and the Politics of Prisoners of War 1939-1945*” (2010).

⁵Pia Molander é doutora pela Universidade de Exeter, Inglaterra. A tese defendida pela autora é intitulada “*British, US, Swedish Intelligence Relations: The Office for Strategic Services and Special Operations Executive in Neutral Sweden 1939-1945. An Assessment of US-British-Swedish Intelligence Activities in Sweden During Total War*”, defendida em 2010.

⁶“C” era a forma como o chefe da SIS era chamado.

⁷“D” era a forma como o chefe da SOE era chamado.

⁸É um historiador militar que leciona “Guerra Contemporânea” e “Guerra e Sociedade”



na *King's College London*. Trabalhou como consultor do Departamento de Defesa dos Estados Unidos, é representante do Rei no Comitê de Educação Militar da Universidade de Londres e Conselheiro Histórico da Associação Chindit. Dentre suas obra está o livro “*Orde Wingate: Unconventional Warrior*” (2014).

⁹A autora é uma historiadora militar e professora no Departamento de Estudos de Defesa do *King's College London*, onde também obteve sua formação. Foi professora visitante no *US Naval War College*, em Rhode Island, entre 1994 e 1997. Dentre suas obras está “*A Forgotten Offensive: Royal Air Force Coastal Command's Anti-Shipping Campaign 1940-1945*” (1995).

¹⁰Os alemães invadiram a Grécia, em 1941, devido à tentativa da Itália de ocupar a região em 1940. Como o exército grego conseguiu repelir os italianos até os isolarem na fronteira com a Albânia, Mussolini recorreu ao auxílio de Hitler, que conseguiu a vitória sobre a Grécia. Cf.: SHIRER (2008).

¹¹Esses agentes empreenderam ações de sabotagem contra navios alemães e coletaram informações sobre a marinha inimiga. Esses dados eram fundamentais para a Marinha Real interceptar as embarcações do Eixo, além de obterem inteligência sobre a arma secreta alemã V-2.